

## QUANDO A CLASSE TRABALHADORA CHEGA À UNIVERSIDADE: UMA HOMENAGEM A ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA E SUA REBELDIA NECESSÁRIA PARA A GEOGRAFIA BRASILEIRA<sup>1</sup>

Carlos Alberto Feliciano<sup>2</sup>



Eu sou apenas um rapaz  
Latino-americano, sem dinheiro no banco  
Sem parentes importantes  
E vindo do interior  
(Belchior, 1976, faixa 1).

Antes de conquistar o reconhecimento como pesquisador, professor e pensador sobre os estudos da Questão Agrária brasileira e no campo da Geografia Agrária, o paulista Ariovaldo Umbelino de Oliveira construiu uma trajetória como filho de trabalhadores do interior<sup>3</sup>, e entrou para Universidade em uma época em que a

---

<sup>1</sup> Homenagem recebida em 23/03/2026. Aprovada pelas editoras em 01/04/2026. Publicada em 22/04/2026. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.71425>

<sup>2</sup> Prof. Dr. Departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente e orientado por Ariovaldo desde 1995 (graduação, mestrado e doutorado). Email: [carlos.feliciano@unesp.br](mailto:carlos.feliciano@unesp.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7821954899047629>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1682-7996>.

<sup>3</sup> Agradecimento ao Prof. Antônio Thomaz Júnior, que apresentou a trajetória de Ariovaldo no SINGA de Três Lagoas, em 2025 e cedeu as informações necessárias.

universidade não desejava esse perfil. Foi em um contexto histórico de uma universidade construída, ocupada e controlada hegemonicamente pela elite.

Nascido em 1947 no município de Santa Rita do Passa Quatro, migrou com a família para Porto Ferreira, onde viveu parte de sua vida. Estudou no ensino público e teve que trabalhar para contribuir com a renda da família. Coursou o primário (1955 a 1958) no grupo escolar Sud Menucci, o Ginásio na escola estadual Washington Luis (1959 a 1962) e no mesmo estabelecimento frequentou a escola normal<sup>4</sup> (1963 a 1965). Finalizados esses estudos, trabalhou em uma empresa de vidraria e também como sonoplasta na Rádio Primavera (1965 a 1966) ao mesmo tempo em que frequentava um cursinho preparatório para vestibular. Assim, contradizendo e se rebelando contra as estatísticas em que milhares de filhos de camponeses e operários tiveram o acesso negado a esses espaços, ingressou no curso de Geografia, período noturno, no ano de 1967.

Seguiu as mesmas agruras de um filho da classe trabalhadora que luta para ter acesso à universidade pública e continuou lutando para construir formas de permanecer em um espaço elitizado em que não havia políticas efetivas para esse fim, ou seja, sem bolsas de estudo, auxílio-transporte, moradia e alimentação.

Nesse contexto, a luta do movimento estudantil crescia mesmo em condições em que a democracia e a luta por direitos enfrentavam os grilhões da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985. No período de 1968 a 1973, como aluno e morador do CRUSP, atuou como militante da Ação Popular na resistência à ditadura militar.

Mesmo no contexto de luta e militância, a necessidade de sobrevivência financeira é primordial para os alunos trabalhadores. Nesse período atuou como professor de Geografia em cursinhos (Etapa Vestibular) e colégios da elite paulistana progressista (Colégio Equipe, Colégio Sholem Aleichem)<sup>5</sup>.

No ano de 1973 inicia o curso de mestrado<sup>6</sup> em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação

---

<sup>4</sup> O termo *normal* tem origem no francês *École Normale*, que significa *Escola Modelo*, com o objetivo de estabelecer uma *norma* ou padrão pedagógico para o ensino que seguiu desde período imperial até meados do século XX, quando muitas escolas passaram de normal, para Institutos de Educação. Hoje poderíamos considerar que essa formação está concentrada nos cursos de Pedagogia (Lourenço Filho, 2001).

<sup>5</sup> O Colégio Sholem Aleichem (também grafado como *Scholem Aleijem*) foi uma instituição de ensino icônica e de vanguarda, fundada por judeus progressistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Se destacou por unir a tradição cultural judaica a uma pedagogia humanista e de esquerda (Martins, 2017).

<sup>6</sup> Sua pesquisa no desenvolvimento e exame e qualificação foi indicado para doutorado direto.

do Prof. Pasquale Petrone. Um ano após seu ingresso na pós-graduação se casa com Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro<sup>7</sup>, sendo contratado como geógrafo pelo IPT em 1974 atuando fortemente em projeto de Cooperativas Habitacionais até 1979, contribuindo com a criação de um projeto solo-cimento que servia como base para baratear os custos de produção das casas da classe trabalhadora<sup>8</sup>.

A relação entre ciência, sua responsabilidade social e a capacidade de construir outras e novas formas de transformação da realidade junto com a classe trabalhadora e camponesa, foi marca no processo de trajetória de Ariovaldo que levou a questionar para além das barreiras físicas de acesso e permanência na Universidade, romper com o latifúndio do saber hegemônico na ciência e a partir da sua tese de doutoramento, dentro da geografia.

Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve  
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve  
Sons, palavras, são navalhas  
E eu não posso cantar como convém  
Sem querer ferir ninguém  
(Belchior, 1976, faixa 1).

### **Método, teoria e compromisso com a transformação da realidade: coerência, consistência e ousadia como pesquisador**

Minha tese de Doutorado foi minha carta de alforria<sup>9</sup>  
(Oliveira, 2016).

Simbólica a frase que compõe a apresentação do livro oriundo de sua tese de doutoramento defendida em 1979, mas publicada somente em 2016. Para muitos, a apresentação e defesa de uma tese encerra uma etapa e ritual de passagem para a *vida adulta* na academia.

No caso de Ariovaldo realizar uma *Crítica ao 'estado isolado' de Von Thünen: Contribuição para os Estudos de Geografia Agrária*, ou seja, questionar uma leitura hegemônica e contestar sua aplicabilidade adotada como universal do modelo de

---

<sup>7</sup> Professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/IGCE – campus de Rio Claro (aposentada em 2016). Graduada em Ciências Sociais, com mestrado (1991) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1998).

<sup>8</sup> Mais detalhes: TAVEIRA, Eduardo Salmar Nogueira. *O solo-cimento no campo e na cidade: construir, morar, habitar*. São Paulo: Ícone, 1986.

<sup>9</sup> Trecho da apresentação do livro que foi publicado 37 anos após a defesa da tese. OLIVEIRA, A. U. **Crítica ao “estado isolado” de Von Thünen**: contribuição para os estudos de Geografia Agrária. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. 530 p.

círculos concêntricos do clássico Von Thünen (1783–1850), que era entendido e lido como precursor da geografia econômica e economia espacial (propondo que a organização do uso da terra era baseada apenas na distância do mercado e custos de transporte) foi uma ruptura teórico-metódica ao trazer o modo capitalista de pensar a partir de uma abordagem apoiada no materialismo dialético de um lado, como método, e materialismo histórico como teoria e ao trazer a primeira leitura e defesa de uma tese sob a fundamentação marxista. Ariovaldo procurou defender que essa leitura é insuficiente para explicar a complexidade da geografia agrária sem considerar que na produção do espaço agrário, as relações de poder e a influência das classes sociais do capitalismo são essenciais na análise do campo brasileiro. Diante disso, somente com uma virada teórica-metódica alinhada a uma prática social concreta é que a ciência estará a serviço da sociedade e não vinculada para uma classe dominante:

Assim pensamos o materialismo histórico como a teoria que, a partir de um dado instrumental de trabalho (teórico), trabalha uma matéria prima dada, o objeto do trabalho, com a finalidade de buscar os objetos produtos do trabalho, que são objetos do conhecimento; o que nos permitirá incorporar este objeto do conhecimento em instrumento de trabalho (teórico) no momento de uma nova investigação de uma matéria prima dada. Tal raciocínio leva-nos a ter que admitir que conhecer é trabalhar uma matéria prima, ou seja, o 'concreto' é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade (Oliveira, 1978, p. 44).

A polêmica da pesquisa e sua ousadia em questionar um modo e posição de pensamento corrente na geografia rompe com o passado e de certa forma como relatou, se *alforria* de um modelo pronto de ideias. Cabe lembrar e reforçar que a defesa foi realizada em plena ditadura militar. De acordo com Marques e Marcos (2025, p. 1):

Teve coragem para enfrentar uma banca e o anfiteatro de Geografia lotado, em uma longa defesa onde, como ele sempre recordava, parte estava para apoiá-lo e parte para ver sua derrota. Ele venceu, e desde então, formou gerações de estudantes com sua geografia crítica, socialmente empenhada e comprometida com a transformação da sociedade em que vivia, deixando claro que o discurso da ciência neutra não tinha lugar na sua sala de aula e que, ao contrário, a sua geografia era feita para dar luz e voz àqueles que até então haviam sido invisibilizados pela academia: os camponeses, indígenas, quilombolas e de todos os que enfrentam a exclusão decorrente da violenta concentração fundiária do campo brasileiro.

Adotar uma leitura do mundo a partir do materialismo histórico e dialético, ainda em um contexto histórico-político-cultural de repressão, incomodou. Após sua defesa de tese, Ariovaldo foi demitido do IPT e meses depois foi convidado pelo professor Antônio Olívio Ceron, por meio de seu orientador Pasquale Patrone, a dar aulas no curso de Geografia da Unesp de Rio Claro. Inicia então sua carreira no ensino superior como professor por 02 anos e, finalmente em 29/02/1980, ingressou como professor no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, depois aposentando como Professor Titular em Geografia em 2004.

Sua trajetória como docente na graduação e pós-graduação gestou mais de uma centena de doutores e mestres por todo Brasil e como escreveu em seu livro, relembrando os 37 anos de defesa de sua tese

[...] fazê-la não foi diferente. Muitos queriam ver minha cabeça rolar em plena ditadura. Muitos mesmo, por isso ela tem um pouco de audácia e peito aberto, quando terminei de fazê-la. Ainda bem que eu tinha um orientador que sempre soube tratar de seus orientandos. Com Petrone foi assim, você vai a defesa, mas cuide-se porque vai colher o que plantou. E eu colhi, várias safras de inteligências. Várias mesmo (Oliveira, 2016, p. 3).

O caminho construído desde sua tese somada a filiação com essa base teórica-metódica alinhada ao materialismo histórico e dialético, em conjunto com as problematizações de pesquisas afloradas por e com seus orientandos e orientandas, na relação com o movimentos e organizações sociais, e principalmente, com os mais diversos sujeitos sociais do campo, foi que sua leitura e interpretação do que ocorre na agricultura brasileira faz parte de um entendimento de que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção do território brasileiro é contraditório e combinado.

É partir desse entendimento que suas pesquisas e de seus orientandos atravessaram essa lógica e sua trajetória da produção acadêmica esteve voltada para a compreensão de temas centrais pela geografia agrária crítica no Brasil em que procuro fazer uma sistematização por aproximação de temas/conceitos/palavras-chaves das pesquisas: grilagem, apropriação e constituição da propriedade privada da terra; formação, criação, recriação e resistência do campesinato em sua diversidade; processo de expansão capitalista no campo e nas cidades; movimentos socioterritoriais, luta pela terra, conflitos e violência; territórios não-capitalistas e outras

formas de uso comum da terra; ensino de geografia; migração, trabalho, gênero, geopolítica e pensamento geográfico.

Aqui, nesta homenagem, o procedimento adotado foi pela extração das informações inseridas por ele na plataforma Lattes. Não optei por buscar diretamente no banco de dados da Capes para seguir da melhor forma possível sua visão sobre o assunto. Por isso é possível que título ou ano da pesquisa, não corresponda literalmente, mas sim sua leitura inicial sobre a pesquisa de cada orientando e orientanda. Também realizei um acompanhamento de sua publicação no livro *O campo no século XX*, quando fez uma leitura parcial acerca das pesquisas sobre sua orientação.

### **O território como categoria de análise e o desenvolvimento do capitalismo no campo e suas contradições**

Entender o território como categoria de análise é compreendê-lo para desmascarar a quem serve a terra no Brasil, revelando as relações de exploração, domínio e controle. Mas pelo seu contraditório, é lutar pelo poder e a possibilidade de seu exercício de autonomia e liberdade sobre uma fração do mundo. Por isso é produto concreto da luta de classes (Oliveira, 2008).

Ariovaldo cunhou uma leitura muito citada dentre os geógrafos e geógrafas que debruçam no entendimento da questão agrária sob uma perspectiva crítica.

[...] assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É pois um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um prius ou uma priori, mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução. (Oliveira, 1999, p. 12).

Por essa ótica que conseguimos entender que no Brasil, por exemplo, a propriedade privada da terra é a materialização de poder, de extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém, mesmo que

ilegalmente. Portanto, a relação terra, território e Estado, sob este aspecto, é um amálgama quase indivisível já que, quem detém o domínio da terra, constrói formas de produção (capitalistas ou não capitalistas), as quais definem a formação de um território que pode, dependendo da força dessa classe social, direcionar as ações do Estado e ter perspectivas e potencial conservador ou transformador.

Esse posicionamento, a partir de uma leitura crítica do campo, pode ser interpretado em diversas regiões do território brasileiro. Desde a região do Pontal do Paranapanema, como exemplo da grilagem clássica (Feliciano, 2009), até as grilagens legalizadas no Pará, estudadas sob sua orientação (Torres, 2008). Na esteira dessas pesquisas orientadas por Ariovaldo, com a temática da grilagem de terras, apropriação e constituição da propriedade privada da terra no Brasil, temos 11 pesquisas voltadas diretamente sobre esses temas, conforme Quadro 1.

**Quadro 1** – Pesquisas orientadas que envolvem diretamente a grilagem, apropriação e constituição da propriedade privada da terra (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Gislaene Moreno	DO	Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso	Mato Grosso	1994	USP
2	Sedeval Nardoque	ME	Apropriação capitalista da terra e formação da pequena propriedade em Jales-SP	São Paulo	2002	UNESP/PP
3	Maurício Gonsalves Torres	ME	A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no Alto Tapajós.	Pará	2008	USP
4	Carlos Alberto Feliciano	DO	Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema	São Paulo	2009	USP
5	Mauricio Gonsalves Torres	DO	Terra privada vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará	Pará	2012	USP
6	Sandra Helena Gonçalves Costa	ME	A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional	Brasil	2012	USP
7	Camila Salles de Faria	DO	A luta guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena	São Paulo	2015	USP
8	Maria Luiza Gutierrez de Camargo	ME	O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia	Amapá/ Pará	2015	USP
9	Gustavo Francisco Teixeira Prieto	DO	Os conteúdos rentistas da questão agrária brasileira no século XXI: títulos da dívida agrária, propriedade	Brasil	2016	USP

	Orientando(a)	Nível	Titulo/Tema	Escala	Ano	Local
			privada e desapropriação capitalista da terra.			
10	Sandra Helena Gonçalves Costa	DO	'Recantilados', entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas	Minas Gerais	2017	USP
11	Tiago Maiká Müller Schwade	DO	A formação da propriedade capitalista no Amazonas	Amazonas	2019	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.  
Organização: Feliciano, C. F. 2025.

A construção dessa leitura sobre a constituição da propriedade privada capitalista da terra, ou melhor, da legitimação da grilagem pelo Estado brasileiro, resulta de uma característica ímpar da formação territorial brasileira pautada na concentração fundiária. De acordo com os dados da OXFAM (2020) o Brasil é o 5º país mais desigual de acesso à terra da América Latina, e os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) vem mostrando historicamente que os estabelecimentos agropecuários acima de 1 mil hectares equivalem a 1% de todos e ocupam 47,6%, ou seja, 1% de todos os estabelecimentos ocupam quase a metade de todas as terras agrícolas do país. Ou se olharmos e tratarmos como imóveis rurais (INCRA), aqueles acima de 2.500 ha, que são 0,33%, ocupam 32,8% ou quase 1/3 das terras agrícolas do país<sup>10</sup>. Recentemente, com a divulgação dos dados do *Programa Terra da Gente*, os dados são mais alarmantes ao indicar que os imóveis acima de 1 mil hectares equivalem a 1,4% em quantidade e 61% em área, ou seja, terras agrícolas<sup>11</sup>.

Esses dados alinhados ao processo de grilagem reforçam a tese de Ariovaldo, de que a história da propriedade privada capitalista da terra é uma história de ficção, como bem gostava de afirmar. A lógica permissiva da sociedade brasileira sobre a constituição da propriedade da terra está marcada pela garantia da terra enquanto reserva de valor, patrimônio e privilégios.

<sup>10</sup> A principal diferença entre os conceitos de Imóvel Rural (INCRA) e Estabelecimento Agropecuário (IBGE) reside no foco de cada instituição. Enquanto o INCRA foca na propriedade legal e territorial (fundiária), o IBGE foca na unidade produtiva e econômica (produção).

<sup>11</sup> Agradecimentos a Camila Farias, que cedeu apresentação/homenagem, em mesa na qual Ariovaldo comporia no ENANPEGE, em Macapá, 2025, sobre *Rentismo, extrema direita e a questão agrária no Brasil*.

As pesquisas sobre a temática da propriedade privada capitalista da terra e grilagem estiveram mais concentradas sobre esse processo nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas, São Paulo e Pará, iniciando com pesquisa de Gislaene Moreno sobre apropriação capitalista da terra, em 1994 e a última com Tiago Maiká Müller Schwade, sobre a formação da propriedade capitalista no Amazonas, em 2019. Mesmo que nessas pesquisas as centralidades estivessem focadas seja na escala local, regional ou estadual, há pesquisas outras, sob sua orientação, que dialogam de forma transversal, como o mestrado de Sandra Helena, que analisou esse debate ao estudar a questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, ou então esse debate de fundo ou estrutural estiveram presentes em outras pesquisas sobre a formação territorial brasileira, como a construção do conceito de Agronegócio no Brasil, realizada por Maria Luisa Rocha Mendonça, em 2013.

O interessante é que essa perspectiva teórica-metódica vinculada com as bases do materialismo histórico e dialético, permite realizar essas articulações temporais, espaciais e temáticas de maneira alinear. Nas pesquisas sobre sua orientação os temas se encontram, dialogam porque o debate propõe uma leitura estrutural da realidade. Nas pesquisas, por exemplo sobre o campesinato e o processo de (re)criação, não há como desvincular sobre a questão da propriedade privada capitalista da terra, do trabalho assalariado e do conflito, na aliança entre proprietários de terras, Estado e capital.

Como o desenvolvimento contraditório e combinado no campo é fator intrínseco ao processo capitalista e diferentemente do que se passa nas indústrias e nas cidades, onde ocorreu uma sujeição formal e real do trabalho ao capital, no campo acontece a sujeição da renda da terra ao capital, e é por esse fenômeno que se explica o processo de expansão do capitalismo no campo.

Quando se debate nas pesquisas a contradição existente do capitalismo no campo, entende-se que esta cria as relações tipicamente capitalistas de produção na forma do assalariamento, ao mesmo tempo em que cria e recria relações não capitalistas. Objetivando essa interpretação para a realidade, têm-se os boias-frias, os diaristas, os empregados rurais como expressão de uma relação de produção tipicamente capitalista que, despossuídos dos meios de produção, mas livres, vendem sua força de trabalho ao capital. Já no caso das relações não capitalistas de produção,

podem-se citar algumas, como a produção camponesa, comunitária, coletiva num processo contínuo e dialético de criação, reprodução e resistência.

### **Entrando em cena pesquisas sobre sujeitos do campo enquanto classe social**

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalista e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (Marx, 2017, p. 951).

A partir dessa premissa teórica citada que Ariovaldo desenvolveu suas pesquisas e orientações sobre o campo brasileiro e as classes sociais existentes dentro da sociedade capitalista. Portanto, a sua perspectiva também está apoiada na formulação proposta por José de Souza Martins, que ao trazer esse debate para a realidade brasileira, principalmente no livro *O Cativo da Terra* (Martins, 2013), afirma que dentre a classe dos proprietários de terra, temos os latifundiários e os camponeses. Com essa formulação, a tese defendida é que ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (assalariadas) no campo, ele produz e reproduz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção. E reforça a compreensão de que o campesinato e o latifundiário devem ser entendidos como de dentro do capitalismo, e não de fora como defendem outras correntes sobre o modo capitalista de produção e agricultura brasileira.

De acordo com as sistematizações realizadas por Ariovaldo, as principais correntes teóricas existentes são: a teoria clássica, defendendo uma generalização inevitável das relações capitalistas do campo, sendo que, em determinado momento, há uma divergência com relação aos caminhos dessa generalização; a tese que defende a existência e permanência de relações feudais de produção na agricultura; e uma terceira corrente, que tem como princípio e entendimento a criação e recriação do campesinato e do latifúndio no campo brasileiro (Oliveira, 1995).

A primeira corrente, denominada teoria clássica, concebe que há uma generalização das relações capitalistas no campo brasileiro. Porém, na mesma tese, há uma divergência com relação ao processo para se chegar definitivamente à total inserção do trabalho assalariado. Alguns acreditam que esse caminho se daria pela

destruição do campesinato por meio de um processo intitulado diferenciação interna. Como, pois, se chegaria ao total assalariamento desses camponeses?

Segundo a compreensão desses teóricos, o camponês cada vez que se insere e mantém relações com o mercado e a lógica capitalista, acaba descaracterizando e perdendo seu referencial que, no limite, terminaria por suprir sua produção natural. Essa inserção das relações capitalistas aconteceria principalmente pelos empréstimos e as altas taxas de juros, o acesso e dependência da mecanização, dos insumos agrícolas, agrotóxicos etc. Em seu ápice chegam ao cenário duas classes sociais distintas: “[...] os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto” (Oliveira, 1995, p. 35).

Um outro entendimento dentro dessa corrente é o de que a inserção total das relações capitalistas, no campo, aconteceria através do processo denominado modernização do latifúndio (compreendido também, por alguns estudiosos, como processo de *modernização conservadora, junkerização*).

Nessa perspectiva, com a inserção de máquinas cada vez mais potentes, com os insumos mais eficientes e, atualmente, com os melhoramentos genéticos e plantios transgênicos etc., os grandes latifúndios evoluiriam para as denominadas grandes empresas rurais capitalistas. O papel que caberia aos camponeses, nesse contexto, seria vender sua força de trabalho para essas empresas (agora grandes capitalistas) e igualmente para os camponeses ricos (pequenos capitalistas), que estariam unificando seus interesses. Nessa corrente teórica, os milhares de camponeses que hoje resistem seriam considerados como resíduos de uma agricultura em via de extinção.

Há uma outra corrente teórica que acredita fielmente na permanência das relações feudais de produção, na agricultura. O campesinato e o latifúndio seriam os indícios da permanência e fundamento dessa interpretação. A total *penetração* do capitalismo no campo ocorre “[...] a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação” (Oliveira, 1995 p. 28).

Esse processo aconteceria nas seguintes etapas: 1) a transformação do camponês em produtor individual, em que este perderia todos os vínculos com o modelo comunitário tradicional vivido anteriormente; 2) a maior inserção no mercado, forçando-o a procurar instrumentos que antes eram fabricados domesticamente (separação de industrial rural e agricultura); 3) já como produtor individual, *livre* das

amarras do modelo arcaico e atrasado, esse camponês estaria totalmente inserido e dependente do mercado a tal ponto que se vai endividando e pagando altos preços, nos empréstimos para saldar as dívidas. O processo é bem linear. Necessitando de produtos, compra-os por preços altíssimos; como não tem como pagar, começa a se endividar e chega ao limite de vender sua propriedade para pagar sua dívida. Resta-lhe, como pessoa *livre* que se tornou, vender sua força de trabalho, tornando-se um trabalhador assalariado (Oliveira, 1995).

A terceira corrente de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura entende que há um crescimento tanto do campesinato, como do latifúndio, pois parte do pressuposto de que o próprio capital cria e recria relações especificamente não capitalistas de produção. Ressalta Oliveira (1994, p. 43): “[...] o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”.

É justamente por essa linha de pensamento que os trabalhos desenvolvidos por seus orientandos e orientadas trilharam dentro da geografia. Somados em uma rápida sistematização e categorização no período de 1985 a 2025, foram 36 pesquisas (dentre mestrado e doutorado) que lidaram diretamente com o campesinato brasileiro em suas mais diversas formas de expressar e se mostrar (Quadro 2). E quem são esses camponeses?

São os assentados, sem-terra, posseiros, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, faxinalenses, caiçaras, caçaras, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto [...], os os ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, castanheiros, pescadores e retireiros do Araguaia, e etc. Quer dizer, há um número muito grande, porque no Brasil, em função dos problemas que os camponeses tiveram na história, eles não puderam se afirmar como tal. Então eles aparecem com esses nomes todos que citei anteriormente. Esse campesinato foi se fazendo no Brasil (Oliveira, 2022).

**Quadro 2** – Pesquisas orientadas que envolvem diretamente a formação, criação, recriação e resistência do campesinato em sua diversidade (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Samira Peduti Kahil	ME	A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo. A dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre	São Paulo	1985	USP

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
2	Fatima Rotundo da Silveira	DO	A recriação do campesinato na região de Presidente Prudente.	São Paulo	1990	USP
3	Luiz Carlos Batista	ME	Brasiguaios na fronteira: os caminhos e lutas pela liberdade.	Brasil/Paraguai	1990	USP
4	Virginia Elizabeta Etges	ME	Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo	Rio Grande do Sul	1990	USP
5	Marcia Siqueira de Carvalho	DO	A pequena produção de café no norte do Paraná	Paraná	1991	USP
6	Paulo Henrique Borges de Oliveira Junior	ME	Ribeirinhos e Roceiros – Subordinação e Resistência Camponesa em Gurupá-PA	Pará	1991	USP
7	Marta Inez Medeiros Marques	ME	O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB.	Paraíba	1994	USP
8	Marcia Yukari Mizusaki	ME	A territorialização da avicultura no estado de Mato Grosso do Sul: o caso Cooagri	Mato Grosso do Sul	1996	UNESP Presidente Prudente
9	Valéria de Marcos	DO	Comunidade sinsei: (u)topia e territorialidade	São Paulo	1996	USP
10	Manuel de Jesus Mazulo da Cruz	ME	Caboclos-Ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do careiro da Várzea-Amazonas	Amazonas	1999	USP
11	Miriam Cláudia Lourenção Simonetti	DO	A longa caminhada: a (re) construção do território camponês em promessa.	São Paulo	1999	USP
12	Marta Inez Medeiros Marques	DO	De sem-terra a posseiro: a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária (o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha em Goiás)	Goiás	2000	USP
13	Catia Oliveira Macedo	ME	Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril	Pará	2001	USP
14	Larissa Mies Bombardi	ME	O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa	São Paulo	2001	USP
15	Célia Maria Santos Vieira de Medeiros	DO	Produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de presidente prudente nos anos 1980–90	São Paulo	2003	USP
16	Eliane Paulino Tomiasi	DO	Terra é vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná	Paraná	2003	UNESP Presidente Prudente
17	Rosemeire Aparecida de Almeida	DO	Identidade, distinção e territorialização: o processo e (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.	Mato Grosso do Sul	2003	UNESP Presidente Prudente

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
18	Dario de Araújo Lima	DO	O lugar marambaia	Rio Grande do Sul	2003	UNESP Presidente Prudente
19	Selma Ribeiro Araújo Micheletto	ME	Forjar da terra o milagre do pão: o assentamento Timboré – Andradina/SP.	São Paulo	2003	USP
20	Lúcia Cavaliéri	ME	A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga	Rio de Janeiro	2004	USP
21	Simone Rezende da Silva.	ME	Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do Consenso Caiçara	São Paulo	2004	USP
22	Alexandra Maria de Oliveira	DO	A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará	Ceará	2005	USP
23	Marcelo Gomes Justo	DO	Exculhidos: ex-moradores de rua num assentamento do MST	São Paulo	2005	USP
24	Catia Oliveira Macedo	DO	Diferenciação sócio econômica e campesinato: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no sudeste do Pará	Pará	2006	USP
25	Larissa Mies Bombardi.	DO	Campesinato, Luta de classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)	São Paulo	2006	USP
26	Manuel de Jesus Masulo da Cruz	DO	Territorialização camponesa na Várzea da Amazônia	Pará	2007	USP
27	Luís Almeida Tavares	DO	Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum	Paraná	2008	USP
28	Aldiva Sales Diniz.	DO	Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação	Ceará	2009	USP
29	José de Sousa Sobrinho	DO	O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra	Bahia	2012	USP
31	Aline Barboza de Lima	DO	Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba	Paraíba	2017	USP
32	Fernanda Testa Monteiro	DO	Campesinato e terras de uso comum na porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais	Minas Gerais	2019	USP
33	Ivan Lazzari Mendes	ME	O campesinato frente à territorialização do Monopólios: o caso do Assentamento Aurora em Descalvado/SP	São Paulo	2019	USP
34	João de Jesus Silva Melo	ME	Os polos agroflorestais do Acre: nova forma de assentamento camponês ou ações compensatórias aos problemas urbanos	Acre	2022	UFAC

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
35	Mariza Souza Dias	DO	O papel dos projetos de extensão universitária na reprodução do campesinato no estado de Goiás – 2004 a 2017	Goiás	2022	UFG Jataí -
36	Lara Barros Pereira	ME	Tinha uma aliança no meio do caminho: as ações e contradições da resistência camponesa em Vitória da Conquista	Bahia	2025	USP
37	Ivan Lazzari Mendes	DO	A resistência camponesa à territorialização dos monopólios: os projetos de assentamento de reforma agrária em Descalvado/SP	São Paulo	2025	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.  
Organização: Feliciano, C. F. 2025.

Observando o quadro 2 pode-se visualizar que os trabalhos de pesquisa sob orientação do prof. Ariovaldo estão espacializados por todas as regiões do território brasileiro. No sul começando pelos trabalhos de Virginia Etges, em 1990, analisando a sujeição e resistência dos camponeses gaúchos frente a indústria do fumo, no Rio Grande do Sul, passando pelo mestrado de Marcia Siqueira, em 1991, sobre os produtores de café no norte do Paraná, e Eliane Tomiasi, também no mesmo estado, com uma análise da vida do campesinato moderno e tradicional e a formação do capital rentista; e Dario de Araujo Lima, sobre os camponeses pescadores, em Rio Grande (RS). Esses dois últimos foram realizados quando Ariovaldo contribuiu com a criação e formação do Programa de Pós-Graduação em Geografia de Presidente Prudente<sup>12</sup>.

Na região sudeste orientou 13 pesquisas que envolveram a temática do campesinato, seja no seu modo de vida, resistência, violência, expansão do capital, sujeição e subordinação. Inicia com a belíssima pesquisa sobre os posseiros da Lagoa São Paulo, orientando Samira Peduti Kahil, no ano de 1985, em que mergulhou no debate sobre a destruição e construção do território para o trabalho livre; depois Fátima Rotundo, sua primeira orientanda de mestrado e que defendeu a tese, em 1990, sobre a recriação do campesinato na região de Presidente Prudente; em seguida a tese de Valéria de Marcos, em 1995, que trouxe debate à produção

<sup>12</sup> Como podemos observar nos quadros de orientação, o prof. Ariovaldo contribuiu com a criação e formação de vários programas de Pós-Graduação no Brasil. Em sua maioria no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, nos Programas de Pós-Graduação de Geografia na UNESP de Rio Claro e Presidente Prudente, Universidade Federal de Goiás, campus Jataí, na Universidade Federal do Tocantis e Universidade Federal do Acre.

comunitária e coletiva ao estudar a Comunidade Sinsei, em Guaraçai (SP); depois Mirian Simonetti, ao defender a tese sobre construção do território camponês, em um assentamento em Promissão, assim como mestrado de Larissa Bombardi, em 2001, sobre o processo de territorialização do campesinato no Bairro Rural Reforma Agrária, em Valinhos e depois no doutorado ampliando a análise sobre todos os projetos de revisão agrária iniciados no governo Carvalho Pinto. Ainda no estado de São Paulo orientou o trabalho de Célia Medeiros, sobre o perfil do campesinato e a dinâmica do espaço rural na região de Presidente Prudente, nos anos 80-90, e de Selma Araújo sobre os camponeses do assentamento Timboré, município de Andradina, em 2003. Alguns trabalhos estiveram voltados para uma relação de aproximação com a Antropologia, entram em uma seara sobre o modo de vida camponês em que a identidade e os processos de uso comum do território estão presentes, como a pesquisa de Lúcia Cavalieri e Simone Rezende sobre camponeses caiçaras, de Juatinga, em Parati (RJ) e Camburi, Ubatuba (SP). As pesquisas, defendidas em 2019, foram de Fernanda Monteiro, ao retratar as formas de resistência do campesinato, na serra do Espinhaço (MG) no uso comum das terras e Ivan Lazzari Mendes, ao estudar as estratégias de resistência do camponês assentado, em Descalvado (SP), frente a territorialização do monopólio capitalista da cana-de-açúcar<sup>13</sup>. Há também a pesquisa de Marcelo Gomes Justos, que tem uma peculiaridade ao ser dentre um grupo de alunos em que o início da orientação foi com a Regina Sader<sup>14</sup>. Marcelo estudou no mestrado o conflito por terra e violência contra os camponeses, em Conde, em 2000 e depois sob orientação do Ariovaldo, fez a primeira tese na Geografia, em 2005, sobre ex-moradores de rua em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o debate sobre a recampezinação.

Nessa geografia do campesinato brasileiro, as pesquisas dos orientados que debruçaram seus estudos na Amazônia, região Norte, foram Paulo Henrique Oliveira, em 1991, sobre os camponeses ribeirinhos e roceiros de Gurupá (PA); a pesquisa de

---

<sup>13</sup> Ivan Lazzari Mendes realizou a defesa de Doutorado após o falecimento do Ariovaldo, a pesquisa já estava finalizada, porém, sem a leitura final e agendamento da banca. Após entendimento com a USP, ficou permanecido na tese como último orientando defendido formalmente por Ariovaldo.

<sup>14</sup> De acordo com Ariovaldo no livro *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*, faz uma menção que foi herdeiro dos orientandos de Regina Sader. Também há outros que estão distribuídos nos quadros. São eles: José dos Reis Santos Filho, Ely Souza Estrela, Elaine Lourenço, Magali Franco Bueno e Simone Raquel Batista Ferreira. (Oliveira; Marques, 2004).

Manuel Mazulo sobre os caboclos e sua produção no município de Careiro da Várzea (AM), apresentando belo estudo sobre a produção camponesa; em seguida a pesquisa de Cátia Macedo, em 2001, ao enfrentar como o campesinato se reorganiza e (re)cria após um ato de violência que deu origem ao assentamento 17 de abril (em homenagem aos camponeses assassinados em Eldorado dos Carajás/PA) e depois se debruçando sobre o processo de diferenciação socioeconômica do campesinato, em sua tese, em 2006. Por fim, contribuindo com o Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Acre, com a pesquisa de João Melo, em 2022, sobre os polos agroflorestais como uma nova forma de assentamento pelo campesinato.

As pesquisas orientadas na região centro-oeste sobre a ótica do campesinato como centralidade foram desenvolvidas por 03 mulheres, sendo Marta Inez Marques, em 2000, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, sobre a construção do território camponês em áreas de reforma agrária, tendo como recorte os assentamentos em Goiás; em 2003, Rosemeire Almeida, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, realiza um debate teórico e político numa interface com a antropologia sobre o processo de identidade de territorialização do campesinato no Mato Grosso do Sul. Como professor visitante do Programa de Pós-graduação de Goiás, Campus de Jataí, orienta em 2022 a pesquisa de Mariza Dias, sob uma perspectiva da universidade criando possibilidades de reprodução social do campesinato, via projetos de extensão.

Os camponeses e camponesas nordestinos também tiveram presença marcante na leitura territorial das pesquisas sob a orientação de Ariovaldo. Foram 6 pesquisas ligadas diretamente para entender as formas de atuação, resistência e estratégias de reprodução social dessa classe. Em 1994, Marta Medeiros Marques, estudou o modo de vida camponês, em Ribeira (PB), dialogando com autores da Antropologia. Já no século XXI, Alexandra de Oliveira, em 2005, estudou o campesinato frente à proposta neoliberal do governo FHC, ao criar os assentamentos rurais, via banco da terra, ou a chamada reforma agrária de mercado ou contrarreforma agrária; Aldiva Sales Diniz vem na toada de entender os caminhos em busca da autonomia e libertação dos camponeses no Ceará; Por sua vez, José de Souza Sobrinho, em 2012, dedica seu tempo ao entender mais características dessa classe ao pesquisar sobre os camponeses geraizeiros e as terras de uso comum no oeste da Bahia. Na perspectiva de compreender a produção e comercialização

camponesa, Aline Lima, em 2017, apresenta a tese sobre as feiras agroecológicas na Paraíba, a partir da organização de famílias camponesas. No ano de 2005, Lara Barros Pereira, em seu mestrado, analisa os assentamentos e acampamentos do MST no sudoeste da Bahia e destaca a radicalidade como uma ação necessária no enfrentamento social, político e econômico e os desafios enfrentados pela base do movimento e os limites impostos à luta pela terra em Vitória da Conquista. Foi com Lara Barros, já como aluna ingressante no doutorado que Ariovaldo, que realizou sua última orientação e pesquisa de trabalho de campo.

De toda sua trajetória, os sujeitos sociais que estiveram à frente de sua orientação foi a classe camponesa em suas mais diferentes materializações no território. Em boa parte dos quadros que farão interface nesse texto, tem processos e conceitos em que direta ou indiretamente envolve os camponeses, ou como Ariovaldo, costumava questionar: *quem é o sujeito social da sua pesquisa?* Não foi fácil essas sistematizações, portanto, reforço que foi uma leitura a partir de um olhar.

### **A construção e orientação do caminho teórico dos processos de Territorialização do capital e a Monopolização do território**

A construção do conhecimento é coletiva, dinâmica, contraditória e alinear. Em uma entrevista para revista Espaço Plural (Schreiner; Fabrini; Nunes, 2006), no dia do Geógrafo, Ariovaldo resgatou o momento em que se apoiando de pesquisadores, que não geógrafos, começou a forjar os conceitos de Territorialização do capital e a Monopolização do território, e que foi com seus orientandos estudados, testados, aperfeiçoados, melhorados e por hora, explicam parte dos processos de reprodução ampliada do capital em sua fase monopolista mundializada. Selecionei o trecho na íntegra, pois penso que seja importante para fomentar e esquentar o debate. Na entrevista relata

Nós participamos de um esforço que é maior do que o esforço que fazemos na Geografia. Eu mesmo sou cioso em sempre dizer que a matriz teórica que eu tenho ajudado a construir é uma matriz teórica que não fui eu que inventei. Eu sempre insisto em dizer que essa visão de entender o território como centro do processo investigativo na geografia deriva da convicção que eu adquiri dos estudos do José de Souza Martins a respeito da questão agrária brasileira, que derivam dos estudos do Shanin, do Chayanov, formulados na Europa. Não se trata de uma coisa exclusiva da Geografia. É uma nova corrente de pensamento que vai ao contrário, no interior do marxismo, da corrente que vem de Marx para Lênin e que abandona a propriedade privada

da terra, como instrumento investigativo. E na medida em que, como geógrafos, nós vamos trabalhar com a questão da propriedade privada da terra, a questão do território se põe de forma primeira. Então, o esforço é na tentativa de ajudarmos a construir uma teoria do território, para compreender a sociedade. E uma teoria do território que não vai ser exclusiva da Geografia, mesmo porque ela não está sendo formulada exclusivamente no âmbito da geografia. É preciso a gente insistir sempre nessa contribuição que vem do José de Souza Martins. A herança marxista-leninista é uma herança que compreende a agricultura por um caminho único, ou seja, traz a hegemonia das relações propriamente ditas capitalistas no meio rural. Esse processo histórico não se fez porque Marx e Lênin erraram nas suas previsões. Ela não se fez porque o capitalismo também é dinâmico e encontrou novas formas de se desenvolver e de resolver essa contradição entre a reprodução ampliada do capital e a questão da propriedade privada da terra. Eu sempre digo, *é no Kautsky que a gente encontra, na questão agrária do Kautsky, o primeiro texto que vai dizer que o capital também pode se reproduzir no campo, não atuando como produtor específico das mercadorias, mas como controlador da especulação das mercadorias.* José de Souza Martins pega essa formulação, a do Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, da acumulação do capital, Ele diz assim: *há dois processos, um que a produção controla a circulação,* isso está no O Cativo da Terra, *e outro, que a circulação controla a produção,* ou seja, um páreo invertido, Eu peguei essa proposta que o Martins formulou no plano econômico e falei, vamos fazer essa leitura na ótica da Geografia. Eu disse: *quando a produção controla a circulação o que nós temos é uma territorialização do capital, ou seja, ele controla totalmente a propriedade.* Na cultura canavieira isto é típico. Quero dizer que o capitalista da agricultura que produz a cana e o capitalista da indústria que produz o açúcar ou álcool se funde. Nessas áreas, não há lugar para os trabalhadores. Os trabalhadores são escorraçados. Até as cidades têm que pedir licença a usina para crescer, pois está cercada pelo canavial e a expansão urbana fica em decorrência da usina lotear uma parte das terras. Às vezes a realidade é mais cruel como na região de Ribeirão Preto, em que a mão-de-obra dos cortadores de cana já não vem nem da região. Eles são arregimentados no Vale do Jequitinhonha, na Zona da Mata do Nordeste e trabalham temporariamente e depois voltam para as suas áreas de origem. Essa realidade é comandada por este caminho do capitalismo onde há relação de trabalho assalariado, avanço tecnológico, etc. *Mas, há outro caminho de interpretação em que os grandes grupos econômicos se concentram na circulação. Eu peguei esse caminho do Martins e disse: bom, mas aqui, do ponto de vista da Geografia o que nós temos é um monopólio do território pelos grandes grupos empresariais.* Então, nessa situação, os camponeses não são desterritorializados e o campo não se esvazia. As chamadas relações de subsunção, ou se preferir, as relações de subordinação vão ser estabelecidas e *cria-se mecanismos de controle do processo produtivo.* Portanto, do ponto de vista da lógica de reprodução capitalista, há lugar para reforma agrária, O próprio capital tem interesses em políticas da reforma agrária! Porque evidentemente estes setores, que operam por este segundo mecanismo, vivem exatamente da existência dos pequenos agricultores. Eu costumo sempre brincar, Se a Sadia ou a Perdigão matassem os camponeses,

elas não teriam a galinha dos ovos de ouro (Schreiner; Fabrini; Nunes, 2006, p. 5, grifos do autor).

Tendo essa matriz teórica delineada, a partir de sua entrada no processo de orientação na pós-graduação, em São Paulo e em Rio Claro, seguiu uma série de pesquisas que procuraram reforçar, destrinchar esses mecanismos do capital na formação territorial brasileira. Fiz uma aproximação de 19 pesquisas que envolvem diretamente esse processo de expansão capitalista no campo e nas cidades, dialogando com outros temas como fronteira, agrotóxicos, expansão urbana, renda da terra, integração e subordinação (Quadro 3).

**Quadro 3** – Pesquisas orientadas que envolvem diretamente o processo de expansão capitalista no campo e nas cidades (fronteira, territorialização do capital e monopolização do território, mundialização da agricultura) (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Cornélio Silvano Vilarinho Neto	ME	Projeto Cura – Cuiabá: um exemplo de intervenção do Estado nas transformações do espaço urbano	Mato Grosso	1983	UNESP – Rio Claro
2	Maria Encarnação Beltrão Spósito	ME	O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana	São Paulo	1983	UNESP – Rio Claro
3	Miriam Cláudia Lourenção Simonetti.	ME	Coisas da terra: a expansão territorial de Rio Claro	São Paulo	1988	USP
4	Antonio Thomaz Junior	ME	A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal	São Paulo	1989	USP
5	Eliseu Savério Spósito.	DO	As formas de apropriação da renda da terra pelos agentes econômicos em Presidente Prudente	São Paulo	1990	USP
6	Maria Encarnação Beltrão Spósito	DO	O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade	São Paulo	1991	USP
7	Marcia Yukari Mizusaki	ME	Territorialização da avicultura no estado de Mato Grosso do Sul: o caso Cooagri	Mato Grosso do Sul	1996	UNESP – Presidente Prudente
8	Jacob Binsztok	DO	O espaço agrário fluminense: ideologia, desenvolvimento, contradição e desigualdades	Rio de Janeiro	1997	USP
9	Circe da Fonseca Vidigal	ME	SINOP – a terra prometida, geopolítica da ocupação da Amazônia	Mato Grosso	1999	USP
10	Elaine Lourenço	ME	Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra (PA)	Pará	1999	USP

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
11	Silvio Simione da Silva	ME	A fronteira agropecuária Acreana.	Acre	1999	UNESP – Presidente Prudente
12	Diva Maria de Faria Bournier	DO	A agricultura brasileira: a produção de alimentos	Brasil	2000	USP
13	Cornélio Silvano Vilarinho Neto	DO	Metropolização regional, formação e consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso	Mato Grosso	2003	USP
14	Marcia Yukari Mizusaki	DO	Monopolização do território pelo capital e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.	Mato Grosso do Sul	2004	USP
15	Léa Lameirinhas Malina	ME	Territorialização do monopólio no setor celulístico papelheiro: a atuação da Veracel no extremo sul da Bahia.	Bahia	2013	USP
16	Marta Sônia Alves Lima Silva	ME	A exploração do palmito de babaçu: estudo de caso em Araguaianã	Tocantis	2013	UFT
17	Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça	DO	Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio	Brasil	2013	USP
18	Natalia Freire Bellentani	DO	A territorialização do setor sucroenergético.	São Paulo	2014	USP
19	Karoline Alves de Araujo	ME	O contrabando de agrotóxicos em Mato Grosso do Sul.	Mato Grosso do Sul	2025	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.  
Organização: Feliciano, C. F. 2025.

Desse conjunto, 6 foram realizadas como recorte para essa análise no estado de São Paulo, 3 para o Mato Grosso e para o Mato Grosso do Sul, e 1 em cada estado de RJ, AC, BA e TO. Novamente vale reforçar que há temas entrelaçados e que têm pontos de encontro nas pesquisas, seja na questão da propriedade privada capitalista da terra, nos estudos do campesinato sob a ótica da integração e subordinação, dos movimentos socioterritoriais dentre outros. O recorte para essa análise está na centralidade da pesquisa alinhada à corrente teórica e proposta oriunda e construída em conjunto com Ariovaldo. Portanto, digo que não é uma classificação nos moldes positivistas, mas como um exercício de interpretação.

Dentre as 19 pesquisas, há duas que têm uma perspectiva e abrangência da escala nacional, como o caso da Diva Bournier, em 2000, que estabelece um diálogo sobre a produção de alimentos no Brasil no tocante aos processos gerais de desenvolvimento econômico. É um bom material para se ter uma leitura sobre as

séries históricas dos dados do Censo de Produção Agropecuária realizada pelo IBGE. Na escala de análise do Rio de Janeiro, Jacob Binsztok, em 1997, a agricultura e o espaço agrário fluminense. A outra pesquisa, de Maria Luisa Mendonça, em 2013 retrata a construção da imagem da agricultura no modo capitalista de produção e sua representação através da construção do conceito que passou a ser difundido como agronegócio e usado estrategicamente, que propagou tanto nos círculos acadêmicos quanto nos meios políticos e de comunicação e está no cotidiano das pessoas. Precisamos ter sempre em mente, nas leituras e pesquisas, que o agronegócio é a relação capitalista de produção se materializando.

Há também um caminho de pesquisa em que o enfoque está voltado para o recorte urbano, como as pesquisas de Cornélio, em 1983, sobre expansão capitalista do espaço urbano de Cuiabá; Maria Encarnação Sposito, também em 1983, sobre a lógica da expansão territorial urbana de Presidente Prudente; Mirian Simonetti, em 1988, dissertando sobre mesmo fenômeno em Rio Claro. Os três citados foram realizados na UNESP de Rio Claro, depois iniciaram suas pesquisas de doutorado na USP.

Os trabalhos orientados por Ariovaldo que tiveram um grande peso e contribuição para essa formulação teórica da Territorialização do Capital e da Monopolização do território tenham sido de Antonio Tomaz Jr e Marcia Mizusaki, ao trazerem respectivamente, os processos das Territorialização do monopólio, com estudo sobre agroindústrias canavieiras, com recorte para o município em Jaboticabal, no mestrado, em 1989; e a Monopolização do território pelo Capital no caso da avicultura em Mato Grosso do Sul, em 1996. Mais recentemente nesse mesmo caminho, temos as pesquisas do mestrado de Léa Malina, em 2013 sobre a Territorialização do monopólio no setor celulístico/papeleiro, no extremo sul da Bahia; Natália Freire Bellentani, com doutorado em 2014 sobre a Territorialização do setor sucroenergético em São Paulo, na etapa monopolista do capitalismo, se expressando também na agroindústria canaveieira.

As pesquisas voltadas para a temática da renda da terra, fronteira e as diversas formas de expansão do capital sob sua orientação encontramos com Eliseu Savério Spósito, em 1990, sobre agentes econômicos de Presidente Prudente criando formas de apropriação da Renda da Terra; Circe Vidigal, em 1999, sobre SINOP, MT e a geopolítica da Amazônia, e Silvio Simioni da Silva, em 1999, trazendo a luz a fronteira Agropecuária Acreana, pela UNESP de Presidente Prudente; Elaine Lourenço, em

1999, que foi transferida pela Regina Sader, avançou sobre os desdobramentos territoriais da empresa automobilística Ford, na Amazônia. No Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Tocantins, também abriu uma frente de pesquisa com trabalho de Marta Silva, em 2013, sobre a expansão do capital na exploração do palmito de babaçu, com recorte em Araguaianã. Em 2025, Karoline Alves de Araujo, apresenta um debate no mestrado, sobre o caminho do contrabando do agrotóxico até chegar em Mato Grosso do Sul.

Com esse aglomerado de ideias e análises sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, seja com suas próprias pesquisas e/ou orientação, consolida a leitura que realizou tanto dos clássicos (Marx, Rosa Luxemburgo, Kautsky), como contemporâneos (José de Souza Martins, Samir Amin e Kostas Vergopoulos dentre outros) que foi no caminho da pesquisa forjando elementos que fortalecem a concepção teórica de que o modo de produção capitalista se dá no território brasileiro de forma contraditória e combinada e que a construção e luta pelo território ou fração dele se dá pela da luta de classes.

### **O longo movimento de luta dos teimosos e teimosas**

[...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente [...] (Oliveira, 2001, p. 198).

Entendo que Ariovaldo expressou nesse trecho acima e em sua trajetória de pesquisa, orientação e a aproximação com os movimentos socioterritoriais<sup>15</sup>, que no Brasil existem dois processos principais de resistência territorial, ambos vinculados à violência no campo: o entrar ou retornar à terra/território (com direito à propriedade privada, familiar, coletiva ou comunitária, ou ao reconhecimento de uma forma específica de relação com a terra) e o permanecer na terra/território (como sujeitos sociais, camponeses produtores de matéria-prima para a indústria e a cidade, ou de

---

<sup>15</sup> O uso do conceito de movimento socioterritorial moderno foi uma única vez publicado por Ariovaldo, no texto “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. O MST como movimento socioterritorial moderno (Oliveira, 2005). Entendo que esse conceito é fruto da pesquisa e orientações de Bernardo Mançano Fernandes, mais detalhes, ver PEDON, N. R. Movimento socioterritorial: a materialização do conceito. *In: Geografia e movimentos sociais*: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 195–233.

alimentos para a família e/ou comunidade). Ambos têm como ponto central a luta por uma autonomia plena ou relativa em relação ao capital.

A organização e resistência dos sujeitos sociais no campo brasileiro constituem nessa perspectiva teórica um fenômeno histórico e socioespacial/territorial, fundamental para compreender as lutas por justiça agrária, democratização do acesso à terra e melhoria das condições de vida das populações rurais. Em análise desses movimentos e das pesquisas sob orientação de Ariovaldo, pode-se visualizar a dinâmica da resistência camponesa frente ao poder econômico e político, mostrando como a mobilização coletiva configura uma estratégia de transformação socioterritorial.

Historicamente, Ariovaldo denunciou em vários textos e falas que a violência no campo remonta ao período colonial, com a distribuição de terras pelo sistema de capitanias hereditárias e sesmarias, consolidando o domínio dos grandes latifundiários. Nesse contexto, os povos indígenas foram expulsos de seus territórios, submetidos à violência e extermínio, enquanto africanos escravizados eram explorados em plantios de cana-de-açúcar e, posteriormente, no cultivo de café. A materialização dessas práticas violentas permanece presente na formação territorial do Brasil, intensificando-se atualmente com a mundialização do capital. Os indígenas foram os primeiros a vivenciar essa violência, com milhões dizimados durante a colonização reduzidos a 1.693.535 de acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE. Outro grupo vítima de violência histórica foram os negros escravizados, que, na resistência à escravidão, deram origem aos quilombos. Mesmo com todo massacre, segundo dados do IBGE de 2022, a população quilombola alcança 1.330.186 pessoas pelo território brasileiro.

No livro *Geografia das Lutas no Campo* (Oliveira, 1988), Ariovaldo faz o primeiro mapeamento das lutas e movimentos sociais no campo brasileiro, em 1988. No campo, retrata que a violência também se manifestou contra camponeses em Canudos (BA), Contestado (SC), Teófilo Otoni (MG), Porecatu (PR), Trombas e Formoso (GO), Sudoeste do Paraná (1957), Santa Fé do Sul (SP), Ligas Camponesas, Fazenda Santa Elina em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), entre outros episódios. Essas ações representam lutas pelo direito à terra, manutenção do território e direito ao trabalho e à vida.

No século XX, com a industrialização e o êxodo rural, aumentaram desigualdades, mas também surgiram os primeiros movimentos camponeses

organizados, como as Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba, lideradas por Francisco Julião, que defendiam reforma agrária, educação rural e melhoria das condições de vida. Durante a ditadura militar (1964-1985), esses movimentos foram duramente reprimidos, com perseguição, prisão e assassinato de líderes.

Na década de 1970, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu com apoio da Teologia da Libertação, desempenhando papel central na organização de trabalhadores, greves, acampamentos, formação política e identidade camponesa (Balduino, 2002). Esse trabalho foi crucial para a emergência e consolidação do MST.

O MST, forjado como esse acúmulo histórico-geográfico da luta camponesa, em 1984 em Cascavel (PR), tornou-se o movimento socioterritorial mais estruturado do Brasil (Fernandes, 1996). O estudo sobre o MST foi a primeira orientação de Ariovaldo sobre a formação dos movimentos socioterritoriais organizados. Bernardo Fernandes, em 1994, fez a pesquisa de mestrado sobre a Espacialização e Territorialização do MST em São Paulo, estudando as estratégias das ocupações de terras e no doutorado, em 1999, sobre a formação do MST no Brasil, defendendo a tese da ocupação de terras como estratégia de (re)criação do campesinato.

Sobre essa temática que estou chamando de pesquisas que envolvem diretamente movimentos socioterritoriais, luta pela terra, conflitos e violência, ao total foram 16 entre mestrado e doutorado (Quadro 4). Podemos fazer um agrupamento para fins didáticos, das pesquisas de Marco Antonio Mitidiero Jr., que estudou no mestrado, em 2002, as contradições da luta pela terra na formação do Movimento de Libertação do Sem-terra (MLST), no doutorado, em 2008, sobre a ação territorial da CPT na Paraíba, e Carlos Alberto Feliciano, em 2023, sobre os diferentes movimentos socioterritoriais no estado de São Paulo. Uma outra frente de pesquisa que envolveu os processos de violência na centralidade em estudos de caso, foi de Marcelo Gomes Justo, relatando um conflito histórico em Conde, na Paraíba; e Helena Angelica Mesquista, que entrou nas tramas do conflito e da violência, sendo inclusive ameaçada, no desenvolvimento da pesquisa de doutorado, em 2001, sobre o massacre de Corumbiara (RO). Os estudos de José dos Reis Santos Filho Carlos, em 1999, em Tucuruí (PA); Francisco José Avelino Junior, em 2004, sobre posse e conflito no MS; Carlos Juliano Marcondes e Ferreira Toledo Barros, em 2011, sobre o processo de escravidão moderna no Pará; Mara Gazzoli Duarte, em 2012, sobre conflitos de posseiros e ribeirinhos em áreas de conservação no Vale do Ribeira (SP); Patrícia Rocha Chaves, em 2015, sobre os conflitos históricos e atuais no Bico do

Papagaio; José Antonio Magalhães Marinho, em 2019, nos conflitos envolvendo os desdobramentos da usina hidrelétrica Belo Monte no Pará; e Lázaro Wandson de Nazaré Teles, em 2021, sobre os conflitos oriundos do avanço capitalista no campo, em Tocantis; realizaram um enfoque na perspectiva das multiplicidades dos conflitos socioterritoriais, já se apoiando em uma leitura sobre o território em disputa e em conflito.

Assim, historicamente, indígenas, negros e camponeses sempre foram vítimas de ataque e destruição, por resistirem a uma ordem vigente e a favor da liberdade. As violências em consequência da luta ficaram registradas tanto na memória de uma parte da sociedade, como também no espaço e na própria história dos sujeitos sociais, que procuram se (re)afirmar a partir desses episódios para darem continuidade a longa, teimosa e histórica luta pela possibilidade de existir enquanto sujeito (indivíduo) social (classe). É nesse movimento, cercado de violência e conflito que são forjadas as bases para a formação do movimento camponês no Brasil.

**Quadro 4** – Pesquisas orientadas que envolvem diretamente os movimentos socioterritoriais, luta pela terra, conflitos e violência (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Bernardo Mançano Fernandes	ME	Espacialização e Territorialização do MST em São Paulo	São Paulo	1994	USP
2	Bernardo Mançano Fernandes	DO	Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro - Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	Brasil	1999	USP
4	José dos Reis Santos Filho	DO	Espaço Imaginário Social - a luta pela terra em Tucuruí.	Pará	1999	USP
5	Marcelo Gomes Justo	ME	Capim na Fresta do Asfalto: Conflito pela Terra em Conde, Zona da Mata Paraibana.	Paraíba	2000	USP
6	Helena Angelica de Mesquita	DO	Corumbiara: o massacre dos camponeses.	Rondônia	2001	USP
7	Marco Antonio Mitidiero Junior.	ME	O movimento de libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil.	Brasil	2002	USP
8	Carlos Alberto Feliciano	ME	Movimento Campones Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária	São Paulo	2003	USP

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
9	Francisco José Avelino Junior.	DO	A questão da Terra em Mato Grosso do Sul: Posse/Uso e Conflitos.	Mato Grosso	2004	USP
10	Maurício Waldman	DO	Água e metrópole: limites e expectativas do tempo.	São Paulo	2006	USP
11	Marco Antonio Mitidiero Junior.	DO	A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba	Paraíba	2008	USP
12	Carlos Juliano Marcondes e Ferreira Toledo Barros	ME	O sonho se faz a mão e sem permissão - Escravidão Temporária e reforma agrária no sudeste	Pará	2011	USP
13	Mara Gazzoli Duarte	ME	Conflitos fundiários e meio ambiente: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga Vale do Ribeira	São Paulo	2012	USP
14	Patricia Rocha Chaves.	DO	Rebeldia e Barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagai	Tocantis Maranhão Pará	2015	USP
15	José Antonio Magalhães Marinho	DO	As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte	Pará	2019	USP
16	Lázaro Wandson de Nazaré Teles	DO	Território em Conflito: uma análise a partir da expansão da agricultura capitalista em Campos Lindos	Tocantis	2021	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.

Organização: Feliciano, C. F. 2025.

## Da pilhagem territorial à luta pelas retomadas

Só pode pertencer a um território quem nele vive e quem nele construiu sua identidade com aquela fração do mundo. Fora disso é saque (Oliveira, 2008, p. 18).

As pesquisas envolvendo os povos indígenas e quilombolas fizeram parte da leitura de Ariovaldo e seus orientandos no olhar sobre a construção de outros territórios que não capitalistas. A luta pelo território refere-se ao pertencimento daqueles cuja identidade está historicamente vinculada a determinada fração do território, como indígenas e quilombolas. Eles lutam por seus territórios, mesmo que, devido ao processo de expropriação, tenham sido removidos ou estejam resistindo

nele. Nesse entendimento, seus trabalhos e orientações voltaram para o processo de luta em retornar e/ou permanecer no território.

A primeira orientação na temática foi em 1994 com o mestrado de Carla Antunha Barbosa, resgatando a luta pelo território Guarani, em São Paulo depois aprofundada no doutorado, em 2000 sobre questões gerais dos povos indígenas, como conceito de terra, território e uso dos recursos naturais; em 1997; com mestrado de Ivani Ferreira de Farias, teve o debate sobre os indígenas do alto Rio Negro (AM); assim como Maria Inês Martins Ladeira, em 2001, pesquisando o uso do espaço geográfico Guarani-Mbya em toda porção sul-americana; João Marçal Bodê de Moraes, em 2002, travou um debate sobre a luta dos povos Tupiniquim, em Espírito Santo; Maria Lucia Gomide (2013), no mestrado estudou os Povos Indígenas do Cerrado, tendo como recorte os territórios Ameaçados e as Terras Indígenas Xavante (MT); Em uma leitura que extrapola o continente brasileiro, Maria Lucia Brandt de Carvalho defende no doutorado, em 2013, sobre a população indígena Guarani na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, que é chamada pelos Guarani como sendo uma parcela do Tekoa Guassu (conjunto de várias aldeias Guarani ou Aldeia Grande) e foi palco de conflito, expropriação e violência; Elizeu Ribeiro Lira, em doutorado defendido em 2004 na UNESP de Presidente Prudente, realizou um recontagem da luta do povo Krahô, em Tocantins; Isabel Fontes Dutra, em 2009, apresenta pesquisa na dissertação de mestrado que a construção de autodeterminação indígena não significa a luta por um Estado independente, mas constitui a lógica de liberdade de gerir seus próprios interesses, de sustentabilidade das comunidades indígenas e de convivência familiar presente no relacionamento familiar entre os grupos e que a presença indígena na Amazônia e na fronteira representa uma importância geopolítica para o Brasil e Colômbia<sup>16</sup>; Layanna Giordana Bernardo Lima, em 2016, introduz o debate das questões socioambientais na luta dos Akwê-Xerente, no Tocantins.

Dentre os 12 alunos (Quadro 5) que se debruçaram no diálogo com Ariovaldo sobre/pela permanência dos territórios não-capitalistas, dois se entranharam na leitura sobre formas de uso comum da terra. Nazareno José Campos, em 2000, pesquisou sobre as mais diversas formas de uso comum da terra no Brasil, Simone Raquel

---

<sup>16</sup> Esse foi o primeiro aluno indígena sob orientação de Ariovaldo, que entregou o texto da dissertação em sua língua materna, porém por regulamento da Universidade de São Paulo, não pode apresentá-la, tendo que traduzi-la para português.

Batista Ferreira, quem em 2002 pesquisou os territórios comunais dos caiçaras no Espírito Santo e a luta frente a expansão da silvicultura de eucalipto, e José de Sousa Sobrinho, em 2012, que em seu doutorado defendeu sobre o camponês-geraizeiro no Oeste paulista e as terras de uso comum, sendo disputada pela propriedade capitalista da terra.

Em resumo, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a luta indígena é um ato contínuo de resistência contra a *barbárie capitalista* que busca privatizar, explorar e saquear, transformando os bens comuns em recursos naturais, ameaçando a existência de povos do campo e por consequência a natureza.

**Quadro 5** – Pesquisas que envolvem diretamente os territórios não-capitalistas e outras formas de uso comum da terra (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Carla Gonçalves Antunha Barbosa	ME	Trazidos... por Tupã – a luta pelo território Guarani em São Paulo	São Paulo	1994	USP
2	Ivani Ferreira de Farias	ME	Território indígena: direito imemorial e o devir	AM	1997	USP
3	Carla Gonçalves Antunha Barbosa	DO	Terra, território e recursos naturais: cultura, sociedade e política para os povos autóctones	Brasil	2000	USP
4	Nazareno José de Campos	DO	Terras de uso comum no Brasil – um estudo de suas diferentes formas	Brasil	2000	USP
5	Maria Inês Martins Ladeira	DO	Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso	Brasil	2001	USP
6	João Marçal Bodê de Moraes	ME	De terra tradicional a território indígena: o processo de territorialização dos índios Tupiniquim de Aracruz	Espírito Santo	2002	USP
7	Simone Raquel Batista Ferreira	ME	Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo	Espírito Santo	2002	USP
8	Maria Lúcia Cereda Gomide	ME	Povos indígenas do Cerrado, territórios ameaçados: terras indígenas Xavante Sangradouro/Volta Grande e São Marcos – MT	Mato Grosso	2004	USP
9	Elizeu Ribeiro Lira	DO	A descontinuidade do território Krahô	Tocantins	2004	UNESP – Presidente Prudente

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
10	Israel Fontes Dutra	ME	Pari-Cacheira e Trinidad: convivência e construção da autodeterminação indígena na fronteira Brasil-Colômbia	Brasil – Colômbia	2009	USP
11	Maria Lúcia Brandt de Carvalho	DO	Das terras dos índios a índios sem terra, os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta	Brasil Paraguai e Argentina	2013	USP
12	Layanna Giordana Bernardo Lima	DO	O Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais	Tocantins	2016	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.

Organização: Feliciano, C. F. 2025.

### Trajetórias de orientações sobre ensino e outras frentes da Geografia

Uma série de pesquisas não estiveram voltadas para a temática da geografia agrária, porém foram orientadas por Ariovaldo no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. De 1990 a 2003 Ariovaldo orientou 6 pesquisas voltadas à temática do ensino de Geografia no Brasil, sendo 04 mestrados e 02 doutorados. Sua atuação foi contribuir com seus orientados o debate marxista para a ótica da educação na geografia (Quadro 6) e outras 11 dentre mestrado e doutorado sobre migração, trabalho, gênero, geopolítica e pensamento geográfico.

Em 1990, Diamantino Pereira pesquisou em seu mestrado o debate teórico-metodológico na ciência geográfica e levá-lo para geografia escolar no final dos anos 80; Delacir Ramos Poloni, faz aproximações sobre a perspectiva da escola rural no contexto da agricultura paulista; pela Unesp de Presidente Prudente, em 1995, Isabel Castanha Gil faz um mergulho sobre a renovação dos livros didáticos de geografia no ensino fundamental; nessa mesma linha da renovação do ensino, Rosalina Braga pesquisou no doutorado os conteúdos geográficos na escola elementar; Denise Rockenbach, sendo professora do ensino fundamental e médio procurou desenvolver um debate sobre identidade e a relação com o espaço; Magali Franco Bueno, que também foi transferida de orientação, de Regina Sader para Ariovaldo, fez um belo trabalho sobre como o imaginário da Amazônia era retratado em livros didáticos de geografia. O debate que estava ocorrendo na época foi justamente a leitura oriunda do movimento da geografia crítica, que reorganizou o debate em várias dimensões da geografia.

Mesmo que não tenha construído sua trajetória em orientações sobre ensino de geografia, o papel do professor Ariovaldo foi importante no debate dentro da geografia, com assessorias e publicações sobre o tema. Dentre elas destaco algumas: *Para onde vai o ensino de Geografia?* organizado por Ariovaldo (Oliveira, 1989), reúne textos de diversos geógrafos que analisam a crise da disciplina e propõem uma reformulação crítica dos conceitos científicos no ambiente escolar. O livro *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*, organizado em conjunto com Nídia Nacib Pontuschka (Pontuschka; Oliveira, 2002), discute a relação entre a produção de conhecimento geográfico na universidade e a sua aplicação no ensino básico. Em sua atuação política no ensino nos anos 80, atuou ativamente na elaboração de propostas curriculares para o antigo I Grau (Ensino Fundamental) e II Grau (Ensino Médio) em São Paulo, publicadas pela CENP/Secretaria da Educação. Essa proposta focou na formação cidadã, na construção do conhecimento pelo aluno e na valorização da experiência do professor.

**Quadro 6** – Pesquisas que envolvem diretamente o ensino de Geografia (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Diamantino Alves Correia Pereira	ME	Origens e consolidação da tradição didática na geografia escolar brasileira	Brasil	1990	USP
2	Delacir Aparecida Ramos Poloni	ME	A escola rural e a agricultura paulista	São Paulo	1991	USP
3	Isabel Castanha Gil	ME	O caminho se constrói caminhando: o ensino de geografia no ensino fundamental	Brasil	1995	UNESP – Presidente Prudente
4	Rosalina Batista Bragas	DO	Construindo o amanhã: caminhos e (des)caminhos dos conteúdos geográficos na escola elementar	Brasil	1996	USP
5	Denise Rockenbach	DO	Resgate da identidade: registrando um projeto e investigando a relação identidade–espaço	São Paulo	1999	USP
6	Magali Franco Bueno	ME	O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa	Brasil	2003	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.

Organização: Feliciano, C. F. 2025.

A parte das orientações realizadas por Ariovaldo que se aproximam dos temas migração, trabalho, gênero, geopolítica e pensamento geográfico constam do período de 1982 a 2004, sendo a sua primeira orientação na pós-graduação, com Fatima Rotundo Silveira, em 1982 que pesquisou sobre os trabalhadores rurais na citricultura e cana-de açúcar no município de Bebedouro; Helena Copeti Calai, em 1983, com a migração, trabalho e expropriação dos colonos no noroeste do Rio Grande do Sul; na mesma linha de processos migratórios, Dora Martins, em 1995 sobre o fluxo das migrações internas no Brasil, pela UNESP de Presidente Prudente; em 2000, também pela UNESP de Presidente Prudente, Jones Dari Goettener, estudou o processo migratório dos sulistas para Rondonópolis (MT); Marcio Mendes Rocha seguiu a mesma linha pesquisando sobre a espacialidade das mobilidades no norte central do Paraná; Maria José de Araujo Lima, em 1997 faz uma pesquisa sobre a fome extrema no nordeste e a leituras distintas sobre esse processo

Relacionados a uma leitura da geopolítica, orientou Douglas Santos, em 1991, na pesquisa sobre Imperialismo e estado, naquele contexto de final do século XX. Já com Gilberto Cunha Franca, orientou pesquisa que envolveu o espaço do trabalho nas transformações da fábrica automobilística; no ano de 1997 orientou o doutorado de Virginia Etges, sobre a influência do geógrafo alemão Leo Waibel e seu olhar para agricultura.

Os trabalhos que também passaram por sua orientação foram de Ely Estrela, que assumiu a transferência da prof<sup>a</sup> Regina Sader. Na pesquisa de mestrado, em 1999 com olhar voltado no debate entre Geografia e os estudos sobre imaginário, trabalhou com os Sampuleiros do alto Sertão da Bahia; Rosalina Alves Malzone, em 2001 realizou sua única orientação tendo como centralidade gênero e religião sobre a participação da mulher no crescimento e produção do espaço em São José do Rio Preto, abordando vários segmentos religiosos, sua origem, doutrina, características principais, para entender a inserção da mulher neste contexto religioso e na produção do espaço (Quadro 7).

**Quadro 7** – Pesquisas que envolvem diretamente a migração, trabalho, gênero, geopolítica e pensamento geográfico (por ordem cronológica)

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
1	Fatima Rotundo da Silveira	ME	Poeira e sumo nos olhos dos que produzem: um estudo sobre o	São Paulo	1982	USP

	Orientando(a)	Nível	Título/Tema	Escala	Ano	Local
			trabalhador rural, residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro			
2	Helena Copeti Calai	ME	Trajetória da expropriação: o colono e a formação de colônias novas.	Rio Grande do Sul	1983	USP
3	Douglas Santos	ME	Imperialismo e Estado – reflexões sobre a Geografia contemporânea	Mundo	1991	USP
4	Dora Martins Dias e Silva	ME	Migrações internas no Brasil	Brasil	1995	UNESP – Presidente Prudente
5	Virginia Elizabeta Etges	DO	Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel	Brasil	1997	USP
6	Maria José de Araujo Lima	DO	A leitura dos saberes no semiárido: um estudo	Brasil	1997	USP
7	Ely Souza Estrela	ME	Os Sampauleiros do Alto Sertão da Bahia.	Bahia / SP	1999	USP
8	Jones Goettert Dari	ME	O Vôo das Pandorgas: migração sulista para Rondonópolis-MT.	Mato Grosso / RS	2000	UNESP – Presidente Prudente
9	Márcio Mendes Rocha	DO	A espacialidade das mobilidades humanas – um olhar para o Norte Central Paranaense	Paraná	2000	USP
10	Rosalina Alves da Silva Malzone	ME	A participação da mulher, o crescimento das regiões/crenças e a produção do espaço em São José do Rio Preto.	São Paulo	2001	USP
11	Gilberto Cunha Franca	ME	O espaço de trabalho a partir das transformações na fábrica	São Paulo	2004	USP

Fonte: Plataforma Lattes de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2025.  
Organização: Feliciano, C. F. 2025.

### **Uma trajetória pautada na construção de uma teoria do conflito social no campo**

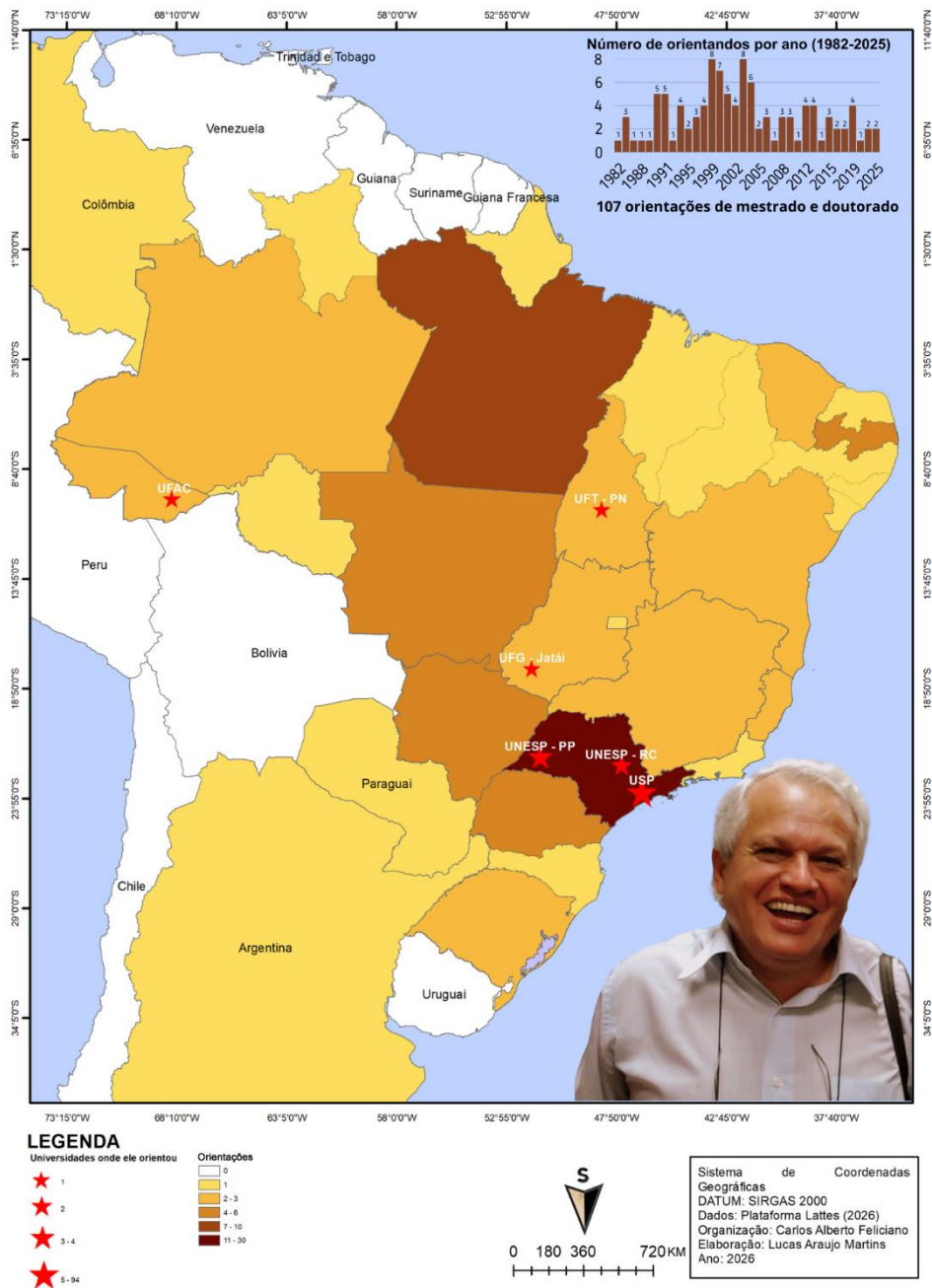
Observando a longa marcha de orientações supervisionadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, construímos na Figura 1, a territorialização das pesquisas<sup>17</sup> sob sua orientação com temas voltados discutidos anteriormente, mas reforçando análise para o campesinato, territórios indígenas, territórios quilombolas, propriedade capitalista privada da terra, grilagem de terras, movimentos socioterritoriais, reforma agrária, territorialização do capital, monopolização do território pelo capital e mundialização da agricultura há um elo fundamental nesse caminhar: o conflito.

<sup>17</sup> O mapa foi construído com ajuda de meu orientando de Doutorado, Lucas Araujo Martins. Nele estão territorializados os locais (em diversas escalas) onde alunos e alunas sob orientação de Ariovaldo realizaram suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Há uma passagem de um outro grande geógrafo estudioso e amigo de Ariovaldo e dos povos do campo e da geografia, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003, p. 19), que trata o seguinte:

As possibilidades de superação das enormes desigualdades sociais que marcam a América Latina só terão oportunidade de ser consistentes se, de fato, forem capazes de *incorporar o próprio conflito* enquanto dimensão instituinte da vida social e, assim, oferecer a oportunidade para que novos protagonistas se façam presente na vida política. Paradoxalmente, admitir o *Conflito como tensão criativa* pressupõe construir uma cultura de paz por parte dos movimentos sociais, posto que a lógica da guerra acaba por impor a negação do outro (grifos meus).

**Figura 1** – Mapa da territorialização das pesquisas orientadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira – 1982 a 2025



Fonte: elaborado pelo autor com base nas pesquisas de mestrado e doutorado de alunas e alunos orientados por Ariovaldo.

Ter construído uma perspectiva teórica-metódica onde o conflito de classes foi sua base, nos leva a pensar de que forma a geografia pode fazer uma leitura na elaboração de uma teoria do conflito, ou uma geografia dos conflitos. Ariovaldo apresentou pistas nesse caminhar, ao se aproximar dos sujeitos que são:

- Avassaladoramente atacados diretamente pelo modo de produção capitalista na agricultura;
- Atacados e negados teoricamente enquanto classe social, pela ciência; nas salas de aula, nas bibliotecas, de parte da universidade e grupos de pesquisa
- Negados pelas políticas públicas mesmo sendo os maiores produtores de alimentos de verdade e não *commodities*;
- Negados nos tribunais, nos fóruns e em todo espaço da legalidade que tipificam como crime ações de luta e sua relação com a natureza;
- Negados pelas diversas escalas de decisão política como gabinetes das prefeituras, vereadores, deputados, senadores e presidência que apostam apenas em um único modelo de desenvolvimento para o Brasil pautado no modelo agroexportador;
- Negados pelo direito de existirem e por estarem onde há interesse do capital, da classe latifundiária e do Estado, aliançados ou não.

O campesinato brasileiro tem uma história de negação que se materializa no espaço e território, ao mesmo tempo uma história de recriação criativa que tem a necessidade de sobrevivência, enquanto corpo e classe, como potencialidade de luta. Por isso, o conflito gera a resistência ativa e, por ela, a criatividade transformadora.

Penso que seja esse o caminho que Ariovaldo materializou na sua vida, nas ideias e práticas da/na geografia, nos trabalhos de campo e na relação com os sujeitos sociais: negando a negação e assim, transformando a realidade.

Essa foi uma leitura a partir da produção de orientações na pós-graduação do querido Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que espero ter conseguido sistematizar para servir de ajuda para novas leituras, pesquisas e estudos sobre o campo brasileiro.

Para finalizar, Ariovaldo gostava de se expressar ao término de seus escritos, com um trecho de música. Não sendo diferente, contando sua trajetória, segue aqui, letra da canção *A estrada e o violeiro*<sup>18</sup>, para esse violeiro da Geografia, *Ari*, que não morreu, mas se *encantou* em 02 de agosto de 2025:

Sou violeiro caminhando só  
Por uma estrada caminhando só

---

<sup>18</sup> MILLER, Sidney. **A Estrada e o Violeiro**. Intérpretes: Nara Leão e Sidney Miller. In: *Vento de Maio* (ou *Obras-Primas*). Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1967.

Sou uma estrada procurando só  
Levar o povo pra cidade só

Parece um cordão sem ponta, pelo chão desenrolado  
Rasgando tudo que encontra, a terra de lado a lado  
Estrada de Sul a Norte, eu que passo, penso e peço  
Notícias de toda sorte, de dias que eu não alcanço  
De noites que eu desconheço, de amor, de vida ou de morte  
Eu que já corri o mundo cavalgando a terra nua  
Tenho o peito mais profundo e a visão maior que a sua  
Muita coisa tenho visto nos lugares onde eu passo  
Mas cantando agora insisto neste aviso que ora faço  
Não existe um só compasso pra contar o que eu assisto

Trago comigo uma viola só  
Para dizer uma palavra só  
Para cantar o meu caminho só  
Porque sozinho vou à pé e pó

Guarde sempre na lembrança que essa estrada não é sua  
Sua vista pouco alcança, mas a terra continua  
Segue em frente, violeiro, que eu lhe dou a garantia  
De que alguém passou primeiro na procura da alegria  
Pois quem anda noite e dia sempre encontra um companheiro

Minha estrada, meu caminho, me responda de repente  
Se eu aqui não vou sozinho, quem vai lá na minha frente?  
Tanta gente, tão ligeiro, que eu até perdi a conta  
Mas lhe afirmo, violeiro, fora a dor que a dor não conta  
Fora a morte quando encontra, vai na frente um povo inteiro

Sou uma estrada procurando só  
Levar o povo pra cidade só  
Se meu destino é ter um rumo só  
Choro em meu pranto é pau, é pedra, é pó

Se esse rumo assim foi feito, sem aprumo e sem destino  
Saio fora desse leito, desafio e desafino  
Mudo a sorte do meu canto, mudo o norte dessa estrada  
Em meu povo não há santo, não há força e não há forte  
Não há morte, não há nada que me faça sofrer tanto

Vai  
violeiro, me leva pra outro lugar  
Que eu também quero um dia poder levar  
Toda gente que virá  
Caminhando, procurando  
Na certeza de encontrar.

Texto finalizado em Trabalho de Campo em uma comunidade camponesa, em  
Acará (PA), março 2026.

## Referências

BALDUÍNO, T. Apresentação. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S. (coord.). **Conflitos no campo Brasil 2001**. Goiânia: CPT Nacional, 2002. 150 p.

BELCHIOR. Apenas um rapaz latino-americano. In: BELCHIOR. **Alucinação**. [S. l.]: Philips, 1976. 1 disco sonoro. Faixa 1.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>. Acesso em 1 de abril de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: população e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 de janeiro de 2026.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A formação de professores: da escola normal à escola de educação**. Brasília: Inep/MEC, 2001.

MARQUES, M. I. M.; MARCOS, V. de. **Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1947-2025)**. A Terra é Redonda, [S. l.], 4 ago. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ariovaldo-umbelino-de-oliveira-1947-2025/>. Acesso em 15 de dezembro de 2025.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013 [1979].

MARTINS, L. R. Pesquisa revisita ginásio israelita brasileiro Scholem Aleichem. AUN – **Agência Universitária de Notícias**. USP. 2017. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2017/05/02/pesquisa-revisita-ginasio-israelita-brasileiro-scholem-aleichem/>. Acesso em 12 de dezembro de 2025.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILLER, S. A estrada e o violero. Intérpretes: Nara Leão e Sidney Miller. In: MILLER, Sidney. **Vento de Maio (ou Obras-Primas)**. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1967. 1 disco sonoro.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 103-134.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988. 101 p. (Coleção Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185–206, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Ariovaldo Umbelino de Oliveira**: a questão agrária no Brasil. [S. l.]: Leituras Brasileiras, 23 jun. 2022. 1 vídeo (21 min 43 s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4hCL\\_pfS0\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=4hCL_pfS0_U). Acesso em 4 de abril de 2026.

OLIVEIRA, A. U. de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen. 1978. 320f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. de. **Crítica ao “estado isolado” de Von Thünen**: contribuição para os estudos de Geografia Agrária. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. 530 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”: o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 156-173, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. Território de quem? **Revista Sem Terra**, São Paulo, n. 47, p. 17–21, out. 2008.

OXFAM. **¿Quién paga la cuenta?** Los mitos de la austeridad: El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua. América Latina y el Caribe: Oxfam, jul. 2020. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/quien-paga-la-cuenta-gravar-la-riqueza-para-enfrentar-la-crisis-de-la-covid-19-621033/>. Acesso em 1 de abril de 2026.

PEDON, N. R. Movimento socioterritorial: a materialização do conceito. In: **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 195–233.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (org.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 11–20.

SCHREINER, D. F.; FABRINI, J. E.; NUNES, F. G. Entrevista com o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira. **Revista Espaço Plural**, [S. l.], ano 7, n. esp., p. 4–7, 2. sem. 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/331/246>. Acesso em 03 de abril de 2026.

TORRES, M. G. **A beiradeira e o grilador: ocupação no oeste do Pará**. 2008. 297f. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.